JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2022.08.25 06:34:30 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VI • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 25 de agosto de 2022 • Nº 1385 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

DEFLAÇÃO ELEITORAL

Inflação do IPCA-15 segue acima de 10% em 4 capitais

A inflação acumulada pelo IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) ainda está em dois dígitos, acima de 10%, em 4 das 11 capitais e regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). No Brasil, a alta verificada em 12 meses desacelerou para 9,6% até agosto, informou ontem o instituto. O índice acumulado estava acima de 10% havia 11 divulgações, desde setembro de 2021. De acordo com o IBGE, Salvador registrou a maior inflação medida pelo IPCA-15 até agosto: 10,88%. A alta estava em 12,74% até julho. Na metrópole baiana, vestuário (29,36%) e alimentação e bebidas (15,05%) foram os grupos de produtos e serviços com as maiores variações em 12 meses até agosto. São Paulo teve a segunda maior alta no período. O IPCA-15 subiu 10,39% até agosto na região metropolitana da capital paulista. Vestuário (17,03%) e alimentação e bebidas (15,95%) também foram os grupos com os avanços mais intensos. O IPCA-15 acumulado estava em 11,57% até julho em São Paulo. Rio de Janeiro (10,17%) e Curitiba (10,07%) são as outras duas metrópoles que ainda acumulam alta de dois dígitos em 12 meses. A outra ponta da lista é ocupada por Belém. A região metropolitana da capital paraense registrou inflação de 7,2% até agosto. É a variação menos intensa nas capitais. PÁGINA 2

RACISMO

Músico negro inocente é preso pela segunda vez

PÁGINA 4

LUCRO

Petrobras pagou os maiores dividendos no 2º trimestre

A Petrobras foi a empresa que pagou os maiores dividendos entre todas as companhias listadas em bolsa no mundo no segundo trimestre de 2022, segundo relatório divulgado ontem pela gestora de recursos Janus Henderson. Puxado pelo alto lucro das petroleiras, o valor dos dividendos globais atingiu recorde de US$ 544,8 bilhões no trimestre (R$ 2,8 trilhões), alta de 11,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Além da Petrobras, a colombiana Ecopetrol aparece na lista das dez maiores pagadoras. Segundo o levantamento, chamado Janus Henderson Global Dividends Index, o setor de petróleo contribuiu com mais de dois quintos do crescimento do valor distribuído. Com a escalada das cotações, a Petrobras teve lucro de R$ 54,3 bilhões no trimestre. PÁGINA 2

AMEAÇAS GOLPISTAS

ISAC NOBREGA/PR

TSE derruba vídeos com mentiras de Bolsonaro a embaixadores

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou que sejam retirados do ar vídeos que reproduzem a apresentação feita pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) a dezenas de embaixadores estrangeiros em julho deste ano, no Palácio da Alvorada. Na ocasião, o mandatário repetiu teorias da conspiração sobre urnas eletrônicas, desacreditou o sistema eleitoral, atacou ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) e promoveu novas ameaças golpistas. Adotando um tom manso, como se buscasse dar um verniz de seriedade a mais um conjunto de ilações sem provas ou indícios ao sistema eleitoral, o chefe do Executivo concentrou suas críticas nos ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso, acusando o grupo de querer trazer instabilidade ao país. Fachin era então presidente do TSE. Barroso presidiu a corte eleitoral, e Moraes já estava previsto como nome que comandaria o tribunal durante as eleições. PÁGINA 3

REINO UNIDO

Boris mantém financiamento da guerra na Ucrânia

PÁGINA 4

MEIO AMBIENTE

Amazônia tem recorde de queimadas em um dia

A Amazônia teve o dia com mais queimadas para um mês de agosto desde 2017. No último 22 de agosto, 3.358 focos de calor foram detectados pelo programa Queimadas, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). O número supera o que ficou conhecido como "dia do fogo", em 10 de agosto de 2019. Na ocasião, produtores rurais combinaram para o mesmo período queima de pasto e de áreas em processo de desmatamento. O alerta foi dado pela pesquisadora Ane Alencar, diretora de ciência do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia). O combinado para a realização do "dia do fogo" foi revelado em 5 de agosto pelo jornalista Adécio Piran, do site paraense Folha do Progresso. O repórter chegou a ter que deixar a cidade após ameaças de morte. Todo o movimento foi combinado em grupos de WhatsApp, um deles chamado Sertão e outro com o nome Jornal A Voz da Verdade, integrado por autoridades locais. Os dias que cercam 10 de agosto, de fato, tiveram registros elevados de focos de calor, especialmente o dia 11 de agosto, com 2.366 focos. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: 0,04% / 112.897,84 / 40,74 / Volume: 24.992.262.457 / Quantidade: 3.605.546

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
CVC BRASIL ON NM	7.99	+11.28	+0.81
MAGAZ LUIZA ON NM	4.50	+8.43	+0.35
GRUPO NATURAON NM	16.00	+8.33	+1.23
POSITIVO TECON NM	11.49	+8.09	+0.86
HAPVIDA ON NM	7.79	+5.27	+0.39

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
IRBBRASIL REON NM	2.01	–5.19	–0.11
USIMINAS PNA N1	9.36	–3.60	–0.35
LOCAWEB ON NM	10.07	–2.80	–0.29
VALE ON NM	67.95	–3.22	–2.26
SUZANO S.A. ON NM	47.91	–3.23	–1.60

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	33.64	+0.60	+0.20
VALE ON NM	67.95	–3.22	–2.26
AMERICANAS ON NM	18.43	–0.38	–0.07
MAGAZ LUIZA ON NM	4.50	+8.43	+0.35
SUZANO S.A. ON NM	47.91	–3.23	–1.60

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	32.969,23	+0,18
NASDAQ Composite	12.431,527	+0,41
Euro STOXX 50	3.669,88	+0,60
CAC 40	6.386,76	+0,39
FTSE 100	7.471,51	-0,22
DAX 30	13.220,06	+0,20

Salário mínimo	R$ 1.212,00	**IGP-M**	0,21% (jul.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 3,7053	**IPCA**	-0,68% (jul.)	Compra: 5,1164	Venda: 5,2964
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(3/8)	13,75%	0,91	até o dia 24/ago	Compra: 5,1044	Venda: 5,1050
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(25/8)	0,74%	BM&F/grama	R$ 283,50	Compra: 5,1101	Venda: 5,1117
TR (prefixada)		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(Ago/22)	0,2409%	Compra: 5,0856	Venda: 5,0962	Compra: 5,1252	Venda: 5,3052

MERCADOS

Varejo sobe na Bolsa após deflação, mas exterior derruba ganho

CLAYTON CASTELANI/FOLHAPRESS

Preocupações com as principais economias do planeta apagaram parte dos ganhos do mercado de ações brasileiro ontem, que operou com alta consistente durante boa parte do dia com o impulso da valorização do petróleo sobre as ações da Petrobras e o ânimo do setor varejista com dados prévios que indicam a desaceleração da inflação em agosto.

Parâmetro para a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), o Índice Bovespa (Ibovespa) fechou com ligeiro ganho de 0,04%, a 112.897 pontos. No início da tarde, o indicador havia escalado aos 113.887 pontos, uma elevação de quase 1% em relação à véspera.

Além da valorização de 0,6% da Petrobras, beneficiada pela alta do preço do petróleo, importantes varejistas contribuíram para sustentar o Ibovespa no azul. Magazine Luiza e Natura subiram mais de 8%. A empresa de viagens CVC saltou 11,3%.

As ações da mineradora Vale devolveram metade do lucro da véspera e fecharam queda de 3,22%, exercendo o maior peso negativo sobre o Ibovespa.

Na terça-feira, a Vale havia saltado 6,41%, sendo uma das principais responsáveis pela alta de 2,13% da Bolsa.

No mercado de câmbio, o dólar comercial fechou a sessão em alta de 0,21%, cotado a R$ 5,11.

LUCRO

Petrobras pagou os maiores dividendos no 2º trimestre

NICOLA PAMPLONA/FOLHAPRESS

A Petrobras foi a empresa que pagou os maiores dividendos entre todas as companhias listadas em bolsa no mundo no segundo trimestre de 2022, segundo relatório divulgado ontem pela gestora de recursos Janus Henderson.

Puxado pelo alto lucro das petroleiras, o valor dos dividendos globais atingiu recorde de US$ 544,8 bilhões no trimestre (R$ 2,8 trilhões), alta de 11,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Além da Petrobras, a colombiana Ecopetrol aparece na lista das dez maiores pagadoras.

Segundo o levantamento, chamado Janus Henderson Global Dividends Index, o setor de petróleo contribuiu com mais de dois quintos do crescimento do valor distribuído. Com a escalada das cotações, a Petrobras teve lucro de R$ 54,3 bilhões no trimestre.

Foi o terceiro melhor resultado de sua história –e de uma companhia aberta brasileira– coroando um semestre de ganhos bilionários: no primeiro trimestre, a estatal havia lucrado 44,5 bilhões. Apenas em 2022, a Petrobras já anunciou a distribuição de R$ 136,3 bilhões.

Deste total, R$ 48,5 bilhões foram distribuídos no segundo trimestre. Os R$ 87,8 bilhões restantes começam a ser pagos no dia 31 de agosto.

A política de distribuição de dividendos da Petrobras ajuda o governo, que chegou a pedir antecipação de recursos das estatais para bancar benefícios, mas é alvo de críticas de sindicatos, oposição e especialistas no setor, por privilegiar o acionista em detrimento de investimentos.

Em relatório logo após o anúncio do valor, o analista Daniel Cobucci, do BB Investimentos, alertou para riscos de que a política de prioridade à remuneração aos acionistas gere "implicações para o crescimento e atuação estratégica para o longo prazo".

Esse movimento, diz, ocorre em meio a um processo de venda de ativos e redução do endividamento, "elementos que permitiriam, em nossa opinião, um posicionamento da companhia em investimentos focados na diversificação das receitas em mercados promissores e voltados para a transição energética."

Representante dos minoritários no conselho da companhia, o advogado Francisco Petros também questionou a estratégia. "Consideradas as variáveis estratégicas, o pagamento de dividendos no nível atual caracteriza a empresa 'sem projeto'", afirmou ao jornal Folha de S.Paulo na ocasião.

Além das petroleiras, empresas dos setores financeiro e de consumo, principalmente fabricantes de carros, também se destacaram no pagamento de dividendos no segundo trimestre de 2022, diz o relatório da Janus Henderson.

Assim como o setor de petróleo, os bancos contribuíram por dois quintos do crescimento do valor distribuído no trimestre.

"O segundo trimestre ficou um pouco acima das nossas expectativas, mas o forte crescimento não deve se repetir pelo resto ano", diz, no relatório, Ben Lofthouse, chefe da divisão de Global Equity Income da gestora de recursos.

Na sua avaliação, a recuperação pós pandemia já está quase completa, o que limitará os ganhos nos próximos trimestres, e o mundo enfrenta o risco de desaceleração da economia global.

A Janus Henderson espera que os dividendos pagos em todo o ano somem US$ 1,56 trilhão (R$ 7,9 trilhões), alta de 5,8% em relação ao valor verificado em 2021.

IBGE

2020 registrou queda em serviços de alimentação e turismo

AKEMI NITAHARA/ABRASIL

No primeiro ano da pandemia de Covid-19, em 2020, as maiores quedas no número de empresas e de empregos ocorreram no setor de serviços prestados às famílias, que inclui as atividades de alimentação e de turismo. As informações são da Pesquisa Anual de Serviços (PAS) 2020, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento não inclui os serviços financeiros.

De acordo com os dados, de 2019 para 2020, a maior queda proporcional em número de empresas ocorreu no setor de serviços prestados às famílias, com uma redução de 14,3%. Em pessoal ocupado, houve queda de 16,4% no setor. Entre as atividades, a que mais perdeu pessoal, em números absolutos, foi a de alimentação, com uma redução de 329,2 mil pessoas. Em percentuais, a maior queda ocorreu em agências de viagens, operadores turísticos e outros serviços de turismo, que diminuiu em 28,4% os quadros de pessoal

O gerente da pesquisa, Marcelo Miranda, explica que a PAS traz dados comparativos dos últimos 10 anos, mas nesta divulgação foi dado o enfoque na comparação com 2019, para analisar os impactos da pandemia. Porém, ele destaca que a pesquisa não busca apontar as causas das variações.

"A pesquisa não tenta verificar relações de causalidade entre os elementos conjunturais e a evolução dos indicadores apresentados. No senso comum, a gente pode ver muitos dados que corroboram o pensamento comum do que a pandemia pode ter causado lá no ano de 2020, mas a gente não faz essa análise de causalidade".

Nos dados gerais, o número de empresas do setor de Serviços caiu 1,1% frente a 2019. O pessoal ocupado diminuiu 2,4% e o total pago em remunerações reduziu 4%. Houve aumento de pessoas ocupadas na atividade de seleção, agenciamento e locação de mão de obra, com o maior crescimento tanto em termos absolutos (143,1 mil pessoas) como percentuais (22,2%).

Na comparação com 2019, enquanto o (PIB) brasileiro caiu 3,9% em 2020, o PIB do setor de serviços recuou 4,3%, gerando R$ 1,8 trilhão de receita operacional líquida. Os maiores aumentos em participação na receita de um ano para o outro foram serviços profissionais, administrativos e complementares (1,7 ponto percentual) e outras atividades de serviços (1,3 ponto percentual).

DEFLAÇÃO ELEITORAL

Inflação do IPCA-15 segue acima de 10% em quatro capitais

LEONARDO VIECELI/FOLHAPRESS

A inflação acumulada pelo IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) ainda está em dois dígitos, acima de 10%, em 4 das 11 capitais e regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

No Brasil, a alta verificada em 12 meses desacelerou para 9,6% até agosto, informou ontem o instituto. O índice acumulado estava acima de 10% havia 11 divulgações, desde setembro de 2021.

De acordo com o IBGE, Salvador registrou a maior inflação medida pelo IPCA-15 até agosto: 10,88%. A alta estava em 12,74% até julho.

Na metrópole baiana, vestuário (29,36%) e alimentação e bebidas (15,05%) foram os grupos de produtos e serviços com as maiores variações em 12 meses até agosto.

São Paulo teve a segunda maior alta no período. O IPCA-15 subiu 10,39% até agosto na região metropolitana da capital paulista.

Vestuário (17,03%) e alimentação e bebidas (15,95%) também foram os grupos com os avanços mais intensos. O IPCA-15 acumulado estava em 11,57% até julho em São Paulo.

Rio de Janeiro (10,17%) e Curitiba (10,07%) são as outras duas metrópoles que ainda acumulam alta de dois dígitos em 12 meses.

A outra ponta da lista é ocupada por Belém. A região metropolitana da capital paraense registrou inflação de 7,2% até agosto. É a variação menos intensa nas capitais. Porto Alegre (7,93%) e Goiânia (8,35%) vêm na sequência.

Até julho, 10 das 11 metrópoles tinham IPCA-15 acima de 10%. Curitiba mostrava a maior variação até o mês passado (12,75%), e Belém (9,10%), a menor.

O índice oficial de inflação no Brasil é o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), também divulgado pelo IBGE.

Como a variação do IPCA é calculada ao longo do mês de referência, o dado de agosto ainda não está fechado. Será conhecido no dia 9 de setembro.

O IPCA-15, pelo fato de ser divulgado antes, sinaliza uma tendência para os preços. O indicador prévio costuma ser calculado entre a segunda metade do mês anterior e a primeira metade do mês de referência da divulgação. Neste caso, a coleta do IPCA-15 ocorreu de 14 de julho a 12 de agosto.

A carestia às vésperas das eleições pressiona o governo Jair Bolsonaro (PL), que teme os efeitos da perda do poder de compra dos brasileiros.

Para tentar reduzir os danos, o presidente aposta em um pacote de benefícios turbinados, incluindo o Auxílio Brasil, e no corte de tributos, que já alcançou parte dos preços.

INVESTIMENTO

Governo planeja transferir imóveis federais para fundo com sócio privado

IDIANA TOMAZELLI/FOLHAPRESS

O Ministério da Economia planeja transferir imóveis federais para um fundo de investimento com participação de sócios privados. As conversas entre governo e mercado financeiro para a primeira experiência do tipo já começaram e o lançamento está previsto para ainda este ano.

O modelo é uma aposta da equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) para impulsionar negócios com esses ativos, mas em uma escala ainda bem longe do potencial de venda de R$ 1 trilhão em imóveis já citados pelo chefe da equipe econômica no início do governo.

O universo de imóveis considerados alienáveis pelos técnicos reúne cerca de R$ 97 bilhões, mas nem toda carteira será colocada à disposição de forma imediata.

A ideia do governo é lançar alguns fundos para ir testando o modelo. Embora previsto na lei desde 2015, o formato nunca foi aplicado na prática devido a uma série de discussões preparatórias.

Os imóveis elegíveis são aqueles que não possuem um fim específico, sejam eles terrenos, galpões ou prédios desocupados. As destinações possíveis variam entre logística, desenvolvimento de empreendimentos residenciais e espaços comerciais.

O Ministério da Economia já contratou a B3 para fornecer assessoria técnica e apoio operacional na promoção da sessão pública de licitação que selecionará os consórcios administradores dos fundos.

O próximo passo é concluir a seleção dos imóveis que integrarão o cardápio do primeiro edital. O programa será batizado de "Incorpora, Brasil - Fundos Imobiliários Federais".

A Secretaria Especial de Desestatização, Desenvolvimento e Mercados, que administra os imóveis da União, tem discutido internamente a criação de ao menos dois fundos: um logístico, com imóveis e terrenos próximos a rodovias e outros locais estratégicos para a movimentação de mercadorias, e outro comercial, com edificações atrativas para esse tipo de negócio.

No fundo logístico, por exemplo, devem ser incluídos ativos como galpões e terrenos. Entre os exemplos obtidos pela reportagem está um terreno de 256 mil metros quadrados em Uberlândia (MG), onde há também um galpão de 26 mil metros quadrados.

Outro imóvel selecionado é um terreno de 40,4 mil metros quadrados em Bernardino de Campos (SP), que abriga um galpão de 17,1 mil metros quadrados. Há ainda a oferta de um terreno de 87,7 mil metros quadrados em Birigui (SP), sem benfeitorias.

No fundo comercial, o cardápio ainda não está fechado, mas há a expectativa de incluir construções em localidades nobres de Brasília, capital federal.

Futuramente, outros fundos com perfis específicos poderão ser lançados, uma vez que a União tem hoje uma carteira ampla, que inclui também apartamentos e terrenos em áreas residenciais.

O Congresso também aprovou neste ano uma autorização para que imóveis administrados pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) também sejam alienados por meio dos fundos, desde que os rendimentos sejam revertidos à Previdência Social.

Nota

JUSTIÇA LIBERA NOVO LOTE COM ATRASADOS DO INSS DE ATÉ R$ 72.720

Aposentados, pensionistas e demais beneficiários que derrotaram o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) em ações de até 60 salários mínimos na Justiça e tiveram a ordem de pagamento emitida pelo juiz em julho receberão os valores a partir da semana que vem. O CJF (Conselho da Justiça Federal) liberou aos TRFs (Tribunais Regionais Federais) R$ 1,7 bilhão para pagamento das RPVs (Requisições de Pequeno Valor) autuadas no mês passado. As RPVs são atrasadas de até R$ 72.720. Do total, R$ 1,4 bilhão será pago para segurados do INSS. Ao todo, serão beneficiados 93.241 cidadãos que ganharam 72.751 processos contra o órgão. As ações são para concessão ou revisão de benefícios previdenciários, assistenciais e por incapacidade, como aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença ou BPC.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial
Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo
São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899
Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 25º 16º 5% 06:24 17:52 **INVERNO:** Nublado o dia todo, com períodos de sol.

AMEAÇAS

TSE retira vídeos de Bolsonaro com mentiras a embaixadores

BIANKA VIEIRA/FOLHAPRESS

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou que sejam retirados do ar vídeos que reproduzem a apresentação feita pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) a dezenas de embaixadores estrangeiros em julho deste ano, no Palácio da Alvorada.

Na ocasião, o mandatário repetiu teorias da conspiração sobre urnas eletrônicas, desacreditou o sistema eleitoral, atacou ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) e promoveu novas ameaças golpistas.

Adotando um tom manso, como se buscasse dar um verniz de seriedade a mais um conjunto de ilações sem provas ou indícios ao sistema eleitoral, o chefe do Executivo concentrou suas críticas nos ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso, acusando o grupo de querer trazer instabilidade ao país.

Fachin era então presidente do TSE. Barroso presidiu a corte eleitoral, e Moraes já estava previsto como nome que comandaria o tribunal durante as eleições.

A decisão, proferida na terça-feira passada, é assinada pelo ministro Mauro Campbell, corregedor-geral da Justiça Eleitoral. O magistrado determinou a remoção de vídeos publicados nas contas de Bolsonaro no Instagram e no Facebook sob pena de imputação de crime de desobediência.

A decisão acata um pedido feito pelo PDT de Ciro Gomes, que acusou a chapa de Jair Bolsonaro e de seu candidato vice, Walter Braga Netto, de abuso do poder político e de uso indevido dos meios de comunicação social.

"A ninguém é permitido veicular informações descontextualizadas com ataques infundados ao sistema eletrônico de votação e à própria democracia, incutindo-se no eleitorado falsa ideia de fraude", afirma Mauro Campbell Marques.

Em um tom duro, o corregedor-geral da Justiça Eleitoral ainda destaca que grande parte das declarações de Bolsonaro já foram veementemente refutadas pelo TSE.

"Nota-se que longe de adotar uma posição colaborativa com o aperfeiçoamento do sistema eleitoral, o representado (Bolsonaro) insiste em divulgar deliberadamente fatos inverídicos ao afirmar que há falhas no sistema de tomada e totalização de votos no Brasil", segue o ministro.

A sentença também determina que a EBC (Empresa Brasil de Comunicação), estatal que transmitiu o evento, remova de seus sites e redes sociais todo e qualquer conteúdo que reproduza o discurso de teor golpista feito pelo presidente da República na ocasião.

Facebook, Google e Instagram foram intimados nominalmente a promover a imediata retirada das postagens do ar.

A decisão do TSE é celebrada pelo advogado Walber Agra, coordenador da campanha de Ciro Gomes.

"Essa decisão vai no sentido da linha adotada pela Justiça Eleitoral em defesa da democracia e da integridade eleitoral. Não esperaria outra medida que não a defesa contra achincalhe às instituições democráticas", afirma ele à reportagem. A ação do PDT também pedia a derrubada da chapa Bolsonaro-Braga Netto.

O MPE (Ministério Público Eleitoral) já tinha pedido ao TSE que multasse o presidente Jair Bolsonaro por propaganda eleitoral antecipada. Pedia ainda a retirada da internet de discurso contra as urnas durante reunião com embaixadores estrangeiros.

Em mais de um momento, Bolsonaro tentou desacreditar os ministros, relacionando especialmente Fachin e Barroso ao PT e ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Segundo o TSE, os hackers ficaram por oito meses dentro do computador do TSE, com código-fonte, senhas -muito à vontade dentro do TSE. E (a Polícia Federal) diz, ao longo do inquérito, que eles poderiam alterar nome de candidatos, tirar voto de um e mandar para o outro", disse Bolsonaro, sem provas.

Essa não é a primeira vez que uma publicação envolvendo a reunião de Jair Bolsonaro com embaixadores é retirada do ar. No início deste mês, o YouTube alterou sua política de integridade eleitoral e derrubou a live da plataforma.

Em 20 de julho, dois dias após a apresentação do Palácio da Alvorada, o YouTube havia afirmado ao jornal Folha de S.Paulo que iria manter o vídeo no ar porque não havia encontrado violações às suas políticas.

Menos de um mês depois, porém, a plataforma de vídeos passou a proibir conteúdos que aleguem fraude no sistema eleitoral na eleição de 2014. Desde março, a diretriz abarcava apenas a eleição de 2018.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) nunca apresentou provas ou indícios sobre as urnas, mas repete o discurso golpista como uma forma de esconder os problemas de seu governo, a alta reprovação e as recentes pesquisas que o colocam distante do líder, o ex-presidente Lula (PT).

No Brasil, nunca houve registro de fraude nas urnas eletrônicas, em uso desde 1996.

No ano passado, em conversa com apoiadores, Bolsonaro disse que "a fraude está no TSE" e ainda atacou o então presidente da corte eleitoral e ministro do STF, Luís Roberto Barroso, a quem chamou de "idiota" e "imbecil".

O presidente tem condicionado, em suas declarações públicas, a legitimidade das eleições à corte eleitoral acatar sugestões das Forças Armadas, que participam da comissão de transparência da corte.

CORPORATIVISMO

Justiça Militar inocenta PM que pisou no pescoço de mulher

MATHEUS MOREIRA/FOLHAPRESS

A Justiça Militar de São Paulo inocentou o policial militar João Paulo Servato, que foi filmado pisando sobre o pescoço de uma mulher negra que já estava rendida durante uma abordagem em Parelheiros, no extremo sul da capital paulista.

Outro PM que participou da abordagem, em maio de 2020, também foi inocentado. Os acusados foram absolvidos por 3 votos a 2.

Segundo o Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, o juiz civil José Álvaro Machado Marques, da 4ª Auditoria Militar, e um capitão da PM votaram a favor da condenação. Os votos contrários à condenação vieram de três oficiais da PM.

A sentença será lida no próximo dia 30 de agosto. Após essa data, a Promotoria entrará com um recurso pedindo a condenação dos acusados.

Para Felipe Morandini, advogado de defesa de Elizabete Teixeira da Silva, que atualmente tem 53 anos, os três oficiais da Polícia Militar que votaram a favor de inocentar os acusados agiram de forma corporativista e que sua cliente, que estava rendida, não oferecia risco.

"Os oficiais que julgaram o caso disseram que as imagens não são conclusivas. Mesmo que as imagens não sejam completas, demonstram que a ação foi completamente irregular. Eles tentaram defender os policiais em vez de julgar a conduta deles."

De acordo com a denúncia apresentada pelo Ministério Público de São Paulo, antes de ser rendida e ter o pescoço pisado por Servato, a vítima recebeu três socos e um chute na perna, que teria causado fratura na tíbia -osso de sustentação da parte inferior da perna.

O advogado de defesa dos policiais, João Carlos Campanini, alega que Servato não pisou sobre o pescoço da vítima, mas "no final das costas, próximo ao início do pescoço". E que a ação foi em legítima defesa.

O policial teria ficado com um pé sobre a vítima porque "precisou visualizar o parceiro que estava tentando dominar outras duas pessoas", diz Campanini. Ele afirma, ainda, que "existe técnica policial de imobilização com os joelhos sobre as costas de pessoa detida, ocorre que naquele momento o PM precisou visualizar o parceiro que estava tentando dominar outras duas pessoas, então ficou de pé", diz

A vítima estava desmaiada, rendida e não apresentava risco aos policiais, além de ter sido submetida a situação vexatória, segundo a Promotoria.

Questionado sobre por que Servato colocou todo o peso do corpo sobre a vítima, com uma perna sobre o pescoço dela e a outra suspensa no ar, Campanini afirma que, "por conta da adrenalina, (o policial) havia perdido as forças nas pernas, que tremiam. Laudos do IML (Instituto Médico Legal) apontaram tais lesões nas pernas dele. Ele precisava se movimentar e apenas deu um passo, que não representou absolutamente nada".

As lesões às quais se refere o advogado de defesa teriam sido causadas pela vítima, que agrediu os PMs com um rodo de madeira e, supostamente, uma barra de ferro.

Os vídeos do incidente mostram Elizabeth agredindo Servato com o rodo, mas não há imagens de uma barra de ferro.

O laudo do IML de Servato, ao qual a reportagem teve acesso, indica que o policial sofreu uma escoriação na mão esquerda e que sentia dor na coxa direita. Os peritos concluíram que o agente teve lesões corporais de "natureza leve".

Morandini, advogado da vítima, diz que o laudo do IML não indica lesão na perna do policial. "O laudo também não mostra nenhuma lesão por barra de ferro. Não há qualquer lesão na perna dele", afirma.

Para Morandini não há justificativa para que o policial tenha pisado sobre o pescoço de sua cliente. "O policial militar é treinado para lidar com tudo da melhor forma possível. Se um policial não consegue lidar com uma situação como aquela, como lidaria com uma situação mais complexa?"

SENADO

Atos antidemocráticos não são liberdade de expressão, diz Pacheco

GABRIELA VINHAL/UOL/FOLHAPRESS

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou ontem que atos antidemocráticos e declarações pela volta de um regime militar não fazem parte da liberdade de expressão e podem, inclusive, configurar crime.

A declaração ocorreu após o senador participar de um evento da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), no Rio de Janeiro. Ele foi questionado sobre a ação da PF (Polícia Federal) contra empresários bolsonaristas acusados de publicarem mensagens favoráveis a um golpe de Estado.

"Atos antidemocráticos, manifestações acerca de atos institucionais, de volta de regime militar, de retrocesso democrático não estão no campo de livre manifestação do pensamento. Podem constituir, inclusive, crimes que podem ser tipificados pelo Código Penal, sobretudo pela nova Lei de Segurança Nacional, que hoje é a Lei do Estado Democrático de Direito", disse Pacheco.

Segundo o presidente do Senado, "as pessoas têm que conhecer que há limites dessas manifestações". Ele não quis, contudo, avaliar a operação de busca e apreensão contra os empresários, mas disse ter primeiro "uma presunção de confiança no trabalho do Poder Judiciário e do Ministério Público".

Pacheco evitou citar a nota do procurador-geral da República, Augusto Aras, de que não teria sido intimado e que só tomou conhecimento da decisão do presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Alexandre de Moraes, que autorização a ação da PF na manhã de terça-feira.

ASSÉDIO

Entidade vai pedir afastamento de juiz

ISABELLA MENON/FOLHAPRESS

A organização Me Too Brasil planeja pedir ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) o afastamento emergencial de Marcos Scalercio, juiz do TRT-2 (Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região) acusado por mulheres de abuso sexual. A defesa do magistrado nega as acusações.

O ofício deve ser apresentado ao órgão hoje. O documento pede, entre outras coisas, a abertura de um procedimento administrativo disciplinar contra o magistrado e que, caso seja comprovada a veracidade das denúncias e relatos das vítimas, ele seja exonerado sem os vencimentos.

Segundo o TRT-2, Scalercio está de férias e deve permanecer de recesso até 6 de setembro. Além disso, ele já foi desligado do Damásio, curso preparatório para carreira jurídica onde lecionava em São Paulo.

"Ele sempre utilizou do poder de influência para coagir e chantagear (as vítima)]", diz Luanda Pires, advogada do Me Too Brasil, que está à frente do caso há dois anos. "Não podemos permitir que um juiz do trabalho, que analisa processos que tenham como objeto assédio sexual e moral, tenha tantas denúncias da mesma espécie contra ele mesmo."

De acordo com o Me Too Brasil, as acusações contra Scalercio foram encaminhadas para a Ouvidoria da Mulher, do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), que acionou os órgãos responsáveis: CNJ, TST (Tribunal Superior do Trabalho) e MPF (Ministério Público Federal).

O TRT-2 realizou uma investigação e diz ter concluído que não havia provas suficientes para a abertura do processo de assédio. O caso foi arquivado por insuficiência de provas, e a medida está sob análise no CNJ.

Já o MPF encaminhou ao TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região) as denúncias. O órgão confirma que há um processo no âmbito criminal contra o juiz, que tramita sob sigilo.

No ofício que será protocolado, a advogada relata possíveis problemas que ocorreram durante a primeira investigação no TRT-2 e relata, por exemplo, que as vítimas foram atribuídas como testemunhas, o que pode ter contribuído para o arquivamento do processo. Além disso, ela ressalta que duas das vítimas foram ouvidas na presença do juiz.

O magistrado foi acusado por três mulheres de assediar, forçar beijos e fazer reunião enquanto estava nu e se masturbando.

MEIO AMBIENTE

Amazônia tem dia com mais queimadas do que 'dia do fogo', de agosto de 2019

A Amazônia teve o dia com mais queimadas para um mês de agosto desde 2017. No último 22 de agosto, 3.358 focos de calor foram detectados pelo programa Queimadas, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

O número supera o que ficou conhecido como "dia do fogo", em 10 de agosto de 2019. Na ocasião, produtores rurais combinaram para o mesmo período queima de pasto e de áreas em processo de desmatamento.

O alerta foi dado pela pesquisadora Ane Alencar, diretora de ciência do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia).

O combinado para a realização do "dia do fogo" foi revelado em 5 de agosto pelo jornalista Adécio Piran, do site paraense Folha do Progresso. O repórter chegou a ter que deixar a cidade após ameaças de morte. Todo o movimento foi combinado em grupos de WhatsApp, um deles chamado Sertão e outro com o nome Jornal A Voz da Verdade, integrado por autoridades locais.

Os dias que cercam 10 de agosto, de fato, tiveram registros elevados de focos de calor, especialmente o dia 11 de agosto, com 2.366 focos. Até o momento, esse era o maior valor para o mês de agosto. Apesar do recorde, o caso gerou poucas multas ambientais.

Os meses de agosto e setembro costumam ser os períodos com os níveis mais elevados de queimadas na Amazônia, pelo bioma estar em seu período seco.

As queimadas na Amazônia têm relação direta com o desmatamento no bioma. Em geral, após a derrubada da mata, espera-se que a vegetação seque e, em seguida, coloca-se fogo para "limpar" a área. O desmate tem sido constantemente crescente desde o início do governo Jair Bolsonaro (PL).

Em 2019, os elevados números de incêndios na Amazônia criaram uma crise internacional de imagem para o governo Bolsonaro, em seu primeiro ano.

Em 2022, os números de queimadas continuam elevados no país. Maio, por exemplo, um mês com tradicionalmente poucos focos de calor, teve mais de 2.200 queimadas registradas –a média para o mês é de pouco mais de 1.000. O valor é o segundo maior da história, ficando atrás apenas de maio de 2004, que detém o recorde com 3.131 focos.

Considerando o histórico recente, junho de 2022 também teve um número elevado de queimadas, o maior em 15 anos. Foram 2.562 focos, o maior valor para o mês sob o governo Bolsonaro.

Nota

BOLSONARO ATACA LULA, FAZ PROMESSA A PMS E REFORÇA CHAMADO PARA 7 DE SETEMBRO

O presidente Jair Bolsonaro (PL) prometeu ontem, durante comício em Belo Horizonte, que defenderá a aprovação do excludente de ilicitude para policiais caso seja reeleito para comandar o país. O mandatário também fez ataques ao ex-presidente Lula (PT) e defendeu que a população possa comprar armas de fogo. No comício, Bolsonaro não mencionou a operação da última terça-feira deflagrada por decisão do ministro Alexandre de Moraes e que mirou empresários bolsonaristas que conversavam sobre um eventual golpe caso o petista vença as eleições. Antes, porém, cobrou os responsáveis pelas cartas pró-democracia a se manifestarem sobre esse tema. Em Belo Horizonte, o chefe do Executivo chamou os presentes a irem às manifestações do feriado de 7 de Setembro e acenou aos policiais. "Dizer a vocês policiais militares que tem aqui, hoje nós temos um governo que acredita e valoriza vocês. Um governo que, se Deus quiser, com um novo Parlamento, vai conseguir o excludente de ilicitude para que vocês bem possam trabalhar", disse. O excludente de ilicitude é uma lei que abranda penas a agentes de segurança que cometerem excessos na atuação policial.

INVERNO: Dia de sol com poucas nuvens. Noite nublada. Manhã Tarde Noite 30º 15º 5% 06:08 17:41

RACISMO

Músico negro inocente é levado para delegacia pela 2ª vez

YURI EIRAS/FOLHAPRESS

O músico Luiz Carlos Justino, 25, do Rio de Janeiro, foi levado na última segunda-feira para a delegacia por um crime que não cometeu. Em 2020, o jovem negro havia sido preso injustamente por cinco dias apontado como participante de um assalto ocorrido três anos antes.

O jovem, que toca violoncelo na Orquestra da Grota, teria sido falsamente reconhecido pela vítima por meio de fotografias.

Justino foi parado em uma blitz e conduzido à 79ª DP (Jurujuba), porque seu nome ainda constava no Banco Nacional de Mandados de Prisão. O processo de ser levado à delegacia e ser liberado durou pouco menos de uma hora.

Justino foi preso há quase dois anos, sob suspeita de participar de um assalto à mão armada em 2017 em Niterói (RJ). Porém, amigos dele confirmam que ele fazia uma apresentação musical no momento do crime.

O músico foi inocentado pela Justiça à época, mas o advogado criminalista Rafael Borges, que o representa, afirma que seu nome foi mantido por engano no banco de mandados de prisão.

Na noite da última segunda-feira, Justino voltava de uma partida de futebol com outros três amigos quando o veículo em que estavam foi parado. Os policiais encontraram um mandado de prisão pendente e o levaram à mesma delegacia onde ele havia sido falsamente reconhecido em 2020.

"Abordaram o veículo, pediram para descer e colocamos a mão em cima do carro. Estávamos eu e amigos, todos da Orquestra da Grota. Viram que o mandado estava pendente, e depois que aparece algo pendente, a gente passa a ser tratado como vagabundo", conta Justino.

"Ele foi levado para que fosse feita a averiguação, mas foi proibido de usar o celular e ficou incomunicável. Os policiais pediram para ele abaixar a cabeça e ele assim permaneceu", afirma Borges, advogado do músico. "O Justino (nem) sequer consegue identificar os policiais que fizeram a condução. Ao chegar à delegacia, algum delegado deve ter colocado o nome dele no Google, viu que aquela condução era equivocada e o liberou."

"A polícia não deixou passar um monte de garoto preto dentro do carro. Os agentes fizeram a revista de forma pouco cortês, até um tanto quanto agressiva", avalia o advogado. "Na base da abordagem da polícia tem um elemento racista e uma prática ilegal. O Justino não tem pendência com a Justiça."

Após o caso, Borges entrou com um pedido na 2ª Vara Criminal de Niterói para que o nome de Justino fosse retirado do banco de mandados de prisão.

A Justiça acatou o pedido na terça-feira. Ainda assim, para garantir que um episódio similar não volte a ocorrer, o advogado redigiu uma declaração de próprio punho e fez uma cópia da sentença absolutória, que julga a acusação improcedente. Os documentos são para que o músico possa apresentar a policiais caso seja abordado novamente.

"Esse trauma vou levar para o resto da vida. É uma cicatriz que nunca vou superar. Eu estou com medo, revoltado e indignado", afirma Justino.

Procurado, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro disse que "está sendo feito um levantamento do histórico de lançamentos no Banco Nacional de Mandados de Prisão sobre o processo para verificação das ordens judiciais". Segundo a corte, o nome de Justino não consta mais do sistema.

O TJ acrescentou que o músico foi absolvido da acusação em junho do ano passado. À época, a defesa pediu a retirada da fotografia dele do álbum de suspeitos da 79ª DP.

A Polícia Civil afirmou que Justino foi conduzido à delegacia por agentes do programa Segurança Presente e, após consulta, foi liberado.

SEQUESTRO

Corpo de mais um dos desaparecidos na Baixada é identificado

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

A Polícia Civil do Rio de Janeiro identificou ontem como de Adriel Andrade Bastos, de 24 anos, o corpo encontrado na terça-feira no Rio Capenga, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Foi o segundo corpo identificado entre os quatro jovens desaparecidos no último dia 12 no município.

O primeiro foi o de Matheus Costa da Silva, de 21 anos, reconhecido na terça de manhã pela família por uma tatuagem e pelo Instituto Médico Legal (IML) por meio das impressões digitais.

De acordo com a Secretaria de Estado de Polícia Civil (Sepol) do Rio de Janeiro, as buscas por Douglas de Paula Pamplona, de 22 anos; e Jhonatan Alef Gomes, de 28, continuam. Eles são os outros dois jovens desaparecidos na área.

Conforme a secretaria, a investigação, que continua sob sigilo, está em andamento no Setor de Descoberta de Paradeiros da Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense (DHBF).

Segundo testemunhas, o carro onde estavam os quatro jovens foi cercado por homens encapuzados, quando passava pelo bairro Valverde em direção à Vila Canaã, em Nova Iguaçu. Eles foram obrigados a sair do veículo, a deitar no chão e tiveram as mãos amarradas para trás.

Inicialmente, o caso foi registrado na Delegacia de Nova Iguaçu, mas a Delegacia de Homicídios da Baixada assumiu as investigações.

AÇU PETRÓLEO S/A
CNPJ: 21.778.678/0002-50
AUDITORIA AMBIENTAL
AÇU PETRÓLEO S/A torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 30/06/2022, Relatório de Auditoria Ambiental de Controle do ano de 2021 para transferência de petróleo e óleo combustível (tipos 1A e 1B) entre navios atracados a contrabordo, pelo Terminal de Petróleo (T-OIL) do Terminal (T1) do Porto do Açu, incluindo o armazenamento temporário de petróleo em Unidade de Armazenamento Flutuante (FSU) e informa que este estará à disposição para consulta na Rua Lauro Muller, 116 – sala 2203 - Botafogo, no Município do Rio de Janeiro, no período de 01/09/2022 a 01/10/2022, no horário das 10h às 17h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo E-07/002.13214/2015)

BRASKEM S.A.
CNPJ: 42.150.391/0047-53
AUDITORIA AMBIENTAL
A BRASKEM S.A. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente em 15/06/2022 Relatório de Auditoria Ambiental do ano de 2021 referente as atividades de fabricação de polipropileno e informa que este estará à disposição para consulta na Rua Marumbi, 1001 – Campos Elíseos no Município de Duque de Caxias, no período de 29/08/2022 a 02/09/2022 no horário das 7h30 às 16h30. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca (Processo E-07/202665/2005).

BRASKEM S.A.
CNPJ 42.150.391/0047-53
AUDITORIA AMBIENTAL
A BRASKEM S.A. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente em 15/06/2022 Relatório de Auditoria Ambiental do ano de 2021 referente as atividades de fabricação de polipropileno e informa que este estará à disposição para consulta na Rua Marumbi, 1001 – Campos Elíseos no Município de Duque de Caxias, no período de 29/08/2022 a 02/09/2022 no horário das 7h30 às 16h30. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca (Processo E-07/200639/2000).

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2022

A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 28/2022 no dia 06/09/2022 às 11h00min. - Objeto: Aquisição de material médico-hospitalar (CATETER BALÃO, CONTRAPULSAÇÃO AÓRTICA, PERFIL ÚNICO, CATETER DE DUPLO LUMEN DE LONGA PERMANÊNCIA ADULTO, CATETER DE TERMODILUIÇÃO (TIPO SWAN GANZ), CALIBRE 7F, COMPRIMENTO DE 110 CM, CATETER ELETRODO BIPOLAR PARA MARCAPASSO 5F, ATETER PARA INTUBAÇÃO RETRÓGRADA DE 6,0 FR DE DIÂMETRO e etc). Processo nº. 33409.005998/2021-38. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS, REFEIÇÕES RÁPIDAS (FAST FOOD) E AFINS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINDIREFEIÇÕES-RJ
CNPJ: 32.316.366/0001-60
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL - Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas, Refeições Rápidas (Fast Food) e Afins do Estado do Rio de Janeiro – SindiRefeições-RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 32.316.366/0001-60, vem pelo presente edital, com base no Estatuto Social do SindiRefeições-RJ, CONVOCAR, todos os trabalhadores que prestam serviços nas Empresas de Refeições Rápidas (Fast Food), Lanchonetes, Pizzarias, Restaurantes a quilo, Restaurantes com rapidez no preparo e no seu atendimento (Auto Atendimento) e Gastronomia de todo o Estado do Rio de Janeiro, associados ou não, para se reunirem, em Assembleia Geral Extraordinária, com base no Estatuto Social, a realizar-se no dia 29 de Agosto de 2022, na Rua Carlos Chambelland, nº 256, Bairro Vila da Penha, Rio de Janeiro – RJ e em Continuidade, conforme prevê o Estatuto Social do SindiRefeições-RJ, nas portarias das Empresas de Refeições Rápidas (Fast Food), Lanchonetes, Pizzarias, Restaurantes a quilo, Restaurantes com rapidez no preparo e no seu atendimento (Autoatendimento) e Gastronomia de todo o Estado do Rio de Janeiro. Em primeira convocação com quórum legal às 08 horas, em segunda e última convocação às 08 horas e 30 minutos, com qualquer número de trabalhadores presentes, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação da Pauta de Reivindicações com vistas à revisão salarial normativa com data-base em 1º de janeiro de 2022, referente à Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024; b) Autorização para a Diretoria do SindiRefeições-RJ Negociar, Acordar e Celebrar a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) ou, caso haja a frustração das negociações da Convenção Coletiva de Trabalho, Autorizar a Diretoria instaurar ou defender a Categoria em Dissídio Coletivo de Trabalho, perante o TRT da 1ª Região. Rio de Janeiro, 24 de Agosto de 2022. Oziel Romualdo de Paula – Presidente.

TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A
CNPJ/ME nº 10.938.103/0001-50 - NIRE 33.3.0033445-9
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - Ficam convocados os senhores acionistas da **TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A**, sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Pasteur, 110, 7º e 9º andares, bairro Botafogo, CEP 22290-240, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.938.103/0001-50 ("Companhia"), na forma do art. 13, parágrafo II, do Estatuto Social da Companhia, a se reunirem em assembleia geral ordinária ("AGE") a ser realizada em 6 de setembro de 2022, às 16:00, **NA MODALIDADE ASSEMBLEIA DIGITAL**, nos termos da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V da IN DREI 81/2020, sendo considerada realizada na sede da Companhia para os fins legais, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) aprovar a alteração do endereço da sede da Companhia, que passará da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Pasteur, nº 110, 9º andar, sala 945, Botafogo, CEP 22290-240, para a Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801 (parte), Botafogo, CEP 22250-040; (ii) aprovar a alteração do prazo do mandato dos membros do Conselho de Administração de 1 (um) para (dois) anos; (iii) aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações dos itens (i) e (ii); (iv) tomar conhecimento da renúncia do Sr. Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes, membro do Conselho de Administração; (v) eleger a Sra. Cynthia Sisconetto Lemos como membro do Conselho de Administração; (vi) reeleger os demais membros do Conselho de Administração para mandato unificado de 2 (dois) anos, com a indicação do Sr. Rodrigo Costa Rocha para ocupar o cargo de presidente do Conselho de Administração da Companhia; e (vii) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para formalizar e implementar as deliberações eventualmente aprovadas. **A ASSEMBLEIA SERÁ REALIZADA NA MODALIDADE DIGITAL E A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS SERÁ APENAS A DISTÂNCIA, POR MEIO DE SISTEMA ELETRÔNICO**, nos termos da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V da IN DREI 81/2020, mediante utilização da plataforma *Zoom Meetings*, conforme as instruções detalhadas contidas no website da Companhia (http://V2ienergia.com/tpae/) ("Website"). A fim de viabilizar o acesso à plataforma, os acionistas deverão enviar solicitação à Companhia pelo e-mail bruno.sieiro.ext@v2ienergia.com, com antecedência mínima de 30 minutos da realização da AGE (ou seja, até as 15:30 horas - horário de Brasília - de 6 de setembro de 2022), com a documentação comprobatória dos poderes do participante e observados os procedimentos detalhados no Website. A Companhia enviará as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na AGE aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2022. **Rodrigo Costa Rocha** - Presidente do Conselho de Administração

REINO UNIDO

Johnson mantém financiamento da guerra na Ucrânia

O primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, viajou à Kiev ontem e participou de encontro inesperado com o presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, a quem prometeu a destinar uma série de auxílios militares.

Além de US$ 63,5 milhões (R$ 324 milhões), o pacote inclui o envio de 2 mil drones e de munições, segundo declarou Boris no evento que celebrou os 31 anos de independência do país.

O britânico também voltou a reforçar a retórica contra o presidente russo. "Se Putin tiver sucesso, nenhum país no perímetro da Rússia estará seguro".

O premiê tem apenas mais duas semanas à frente do cargo, mas candidatos à sucessão já anunciaram que vão continuar apoiando a Ucrânia -a eleição no Reino Unido está prevista para o dia 5 de setembro e decidirá entre o secretário de Finanças, Rishi Sunak, e a secretária de Relações Exteriores, Liz Truss. Truss, candidata que lidera a corrida pela sucessão, disse ontem que será a "maior aliada da Ucrânia", se eleita primeira-ministra.

Desde o início do conflito, Boris já tinha viajado à Kiev outras duas vezes -também sem anunciar a visita com antecedência. Nesta terceira ocasião, o britânico foi agraciado com o distintivo da "Ordem da Liberdade", concedido por seu apoio à soberania da Ucrânia.

Opositor de Putin chama guerra de 'guerra' e é preso

O político de oposição Ievgeni Roizman, ex-prefeito da cidade de Ekaterimburgo, foi preso ontem acusado de "desacreditar o Exército russo". Um vídeo publicado nas redes sociais mostra o momento da prisão, quando Roizman diz a repórteres que estava sendo detido basicamente por tratar a Guerra da Ucrânia como uma invasão.

A Rússia trata o conflito como uma "operação militar especial", e as pessoas podem ser processadas se usarem as palavras "guerra" ou "invasão". O crime, introduzido recentemente, acarreta uma pena de prisão de até cinco anos.

Roizman, 59, era uma das últimas figuras da oposição ainda em liberdade. "Em princípio, a essência é que chamei a guerra de guerra. É isso. Infelizmente, não tenho defesa", disse o político ao ser levado por homens mascarados e vestidos com uniformes camuflados.

A agência de notícias estatal Tass citou os serviços de segurança de Ekaterimburgo confirmando o motivo da prisão por desacreditar o Exército russo, e disse que a polícia impediu o advogado de Roizman, Vladislav Idamjapov, de entrar na casa de seu cliente, onde acontecia uma operação de busca. "Isso é uma violação do direito à defesa", disse Idamjapov.

A investigação foi aberta depois que Roizman publicou em seu canal do YouTube um vídeo que denunciava a ofensiva russa na Ucrânia. O opositor já havia sido multado três vezes por se opor ao conflito.

Segundo a agência Reuters, o advogado de direitos humanos Pavel Tchikov disse que os tribunais russos já lidaram com cerca de 3.500 casos de suposto descrédito das Forças Armadas, e quase todos os envolvidos foram considerados culpados.

A lei permite que as ofensas iniciais sejam tratadas como "violações administrativas" puníveis com multas, mas os reincidentes correm o risco de serem processados criminalmente.

Roizman é um defensor declarado de Alexei Navalni, o mais famoso opositor de Putin, e tornou-se uma figura proeminente após ser eleito prefeito de Ekaterimburgo, a quarta maior cidade do país.

Em 2018, ele renunciou ao mandato de prefeito depois que legisladores regionais votaram pela abolição do cargo, num movimento que ele disse ter sido motivado politicamente contra ele. Desde que deixou a função, porém, ele continua sendo uma figura popular nacionalmente, conhecido por comentários francos, às vezes expressos em linguagem grosseira, nas mídias sociais.

TAILÂNDIA

Suspensão de premiê agrava crise política

Atendendo a um pedido de um partido da oposição, a Corte Constitucional da Tailândia suspendeu ontem o primeiro-ministro Prayuth Chan-ocha. A petição afirma que o premiê já cumpriu o tempo máximo de seu mandato e demanda sua saída do cargo.

Apresentada ao Parlamento na semana passada pelo principal partido da oposição, Pheu Thai, o documento argumenta que o tempo em que Prayuth atuou como chefe de uma junta militar -depois de ter dado um golpe quando era chefe do Exército, em 2014- deveria ser contabilizado em seu mandato de oito anos, período máximo de governo estipulado pela Constituição do país.

A suspensão surpresa jogou a política tailandesa em uma nova crise.